



Conectar | Aproximar | Transformar

Mensagem da Administração

Em 2021, empresas e pessoas ainda continuaram enfrentando as dificuldades e incertezas trazidas pela pandemia do Coronavírus, a qual afetou o segmento de Telecom em primeiro momento de forma favorável, pois este mercado mostrou sua essencialidade para as pessoas, onde buscaram por melhores acessos de internet para que conseguissem manter seu trabalho em formato home office, nas aulas online, no acesso à informação e na busca por entretenimento.

Apesar do segmento de Telecom ter sido atingido de forma positiva, o mercado tem exigido renovações de tecnologias para atender a um novo cenário, onde pessoas possuem cada vez mais dispositivos conectados, onde operadoras devem buscar por novas tecnologias e infraestrutura para atender estas demandas.

Toda esta necessidade de renovação de tecnologia no entanto, sofreu com a pandemia, onde fábricas tiveram fechadas por um longo período afetando diretamente a entrega de produtos no Brasil, este cenário junto com o aumento de fretes internacionais, impactaram diretamente no resultado no ano de 2021.

Apesar dos contínuos desafios oriundos da COVID-19, no ano de 2021, entregamos resultados que refletem a dedicação e o trabalho árduo dos nossos quase 200 colaboradores, todos focados na criação de valor para nossa empresa, clientes, colaboradores, acionistas, parceiros e comunidades.

Iniciamos o processo de reestruturação de nossa área de mercado, sendo;

- A Criação de quatro (4) unidades de negócios focadas em cada camada da rede do negócio do nosso principal mercado de atuação (TELECOM /Provedores de Internet), FTTx, INFRAESTRUTURA, REDE e SERVIÇOS.
- A revisão das linhas de produtos por unidade de negócio, com objetivo de estar mais próximo das necessidades dos nossos clientes, priorizando a rentabilidade e giro de estoque por produto.



oiw.com.br



oiwtelecom



(51) 3653-6800



0800 0800 649

Região Sudeste: (11) 3090.3653 - Demais regiões: (51) 3653.6800 - vendas@oiw.com.br

Sede Comercial e Administrativa (RS)

Rua Campo Romero, 295 - B. União Taquar/RS

Escritório Regional de Vendas (SP)

Rua Cardeal Arcoverde, 1749 - Conj. 97B, 9º andar Pinheiros - São Paulo/SP

Unidade Produtiva e Centro de Distribuição (BA)

Rua C, Quadra L, Lote 06 Distrito Industrial - Ilhéus/BA

Unidade Produtiva e Centro de Distribuição (MG)

Rua Cem, 101 B. Jaraguá Montes Claros/MG

Unidade Produtiva e Centro de Distribuição (MT)

Rua D, 1620 B. Distrito Industrial - Cuiabá/MT

Unidade Produtiva e Centro de Distribuição (CE)

Esquina com a Avenida Parque Norte 2, Rod. 4º Anel Viário, 169 - Distrito Industrial I, Maracanaú/CE

Unidade Produtiva e Centro de Distribuição (SC)

R. José Justino da Silva, 400 - B. Laranjeiras São Francisco do Sul/SC



Conectar | Aproximar | Transformar

- A Remodelagem da forma de atendimento da nossa carteira de clientes, priorizando o desenvolvimento da aproximação e relacionamento com o mercado.
- Criação do canal Televendas, para demandas geradas a partir de leads das nossas redes sociais.
- Abertura de mais duas unidades de centro de distribuição e escritório comercial local em Cuiabá/MT e Maracanaú/CE.

Entregamos R\$ 371.744 mil em receita bruta, um aumento de 19,308% contra 2020. O lucro operacional, medido pelo EBITDA, foi de R\$ 29.852 mil, o que representou 8,030% sobre a receita bruta.

Em um ambiente que permanece incerto, nosso desempenho em 2021 reflete os esforços da Administração para posicionar a empresa para um crescimento sustentável de longo prazo, ainda que diante de um ambiente volátil no curto prazo, provocado pela COVID-19.

Estes resultados não seriam possíveis sem o esforço, dedicação de todos os nossos colaboradores. Estamos orgulhosos do comprometimento dos nossos funcionários com a empresa e com nossos clientes.

Agradecemos pela confiança. Enquanto o mundo continua a lutar contra a COVID-19, continuaremos apoiando nossos colaboradores, clientes e fornecedores.

A Administração

Taquari/RS, 30 de maio de 2022

Fabricio Azambuja Ferreira
CPF: 751.249.630-34
Diretor

Roberto Azambuja Ferreira
CPF: 988.846.620-87
Diretor



oiw.com.br



oiwtelecom



(51) 3653-6800



0800 0800 649

Região Sudeste: (11) 3090.3653 - Demais regiões: (51) 3653.6800 - vendas@oiw.com.br

Sede Comercial e Administrativa (RS)

Rua Campo Romero,
295 - B. União
Taquari/RS

Escritório Regional de Vendas (SP)

Rua Cardeal Arcoverde,
1749 - Conj. 97B, 9º andar
Pinheiros - São Paulo/SP

Unidade Produtiva e Centro de Distribuição (BA)

Rua C, Quadra L, Lote 06
Distrito Industrial -
Ilhéus/BA

Unidade Produtiva e Centro de Distribuição (MG)

Rua Cem, 101
B. Jaraguá
Montes Claros/MG

Unidade Produtiva e Centro de Distribuição (MT)

Rua D, 1620
B. Distrito Industrial -
Cuiabá/MT

Unidade Produtiva e Centro de Distribuição (CE)

Esquina com a Avenida
Parque Norte 2, Rod. 4º
Anel Viário, 169 - Distrito
Industrial I, Maracanaú/CE

Unidade Produtiva e Centro de Distribuição (SC)

R. José Justino da Silva,
400 - B. Laranjeiras
São Francisco do Sul/SC

OIW Indústria Eletrônica S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração de resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas da
OIW Indústria Eletrônica S.A.
Taquari – RS**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da OIW Indústria Eletrônica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da OIW Indústria Eletrônica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, a Companhia registrou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nas demonstrações de resultado, receita operacional líquida de R\$ 275.458 mil (R\$ 230.960 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020). A Companhia adotou para determinados contratos de locação a prática de registrar as receitas de acordo com o cronograma de pagamentos estabelecidos entre a Companhia e seus clientes, o que representa um desvio em relação às disposições do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que estabelece que a receita de arrendamentos operacionais deve ser reconhecida de forma linear ao longo do prazo do arrendamento. Consequentemente, o saldo de receita diferida no passivo está apresentado a menor em R\$ 17.267 mil (R\$ 24.154 mil em 31 de dezembro de 2020), a receita operacional líquida está apresentada a menor em R\$ 6.679 mil (R\$ 4.474 mil a maior durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020), os tributos a recolher estão apresentados a menor em R\$ 208 mil (R\$ 368 mil a maior em 31 de dezembro de 2020) e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 está apresentado a maior em R\$ 10.743 mil (R\$



15.150 mil em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente a provisão para imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado está a menor em R\$ 2.271 mil (R\$ 1.956 mil a maior durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e a rubrica de impostos a recolher (impostos a recuperar em 2020) está apresentada a menor no mesmo montante.

Conforme notas explicativas 15 e 16 às demonstrações financeiras, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou receita operacional líquida e custo dos produtos vendidos nos montantes de R\$ 275.458 mil e R\$ 215.776 mil, respectivamente (R\$ 230.960 mil e R\$ 186.114 mil, respectivamente, durante o exercício findo em dezembro de 2020), dos quais R\$ 6.176 mil e R\$ 5.106 mil (R\$ 4.278 mil e R\$ 3.261 mil durante o exercício findo em dezembro de 2020) referem-se a produtos que foram entregues aos clientes apenas no exercício subsequente e, portanto, os riscos e benefícios significativos da propriedade e o controle dos produtos ainda não haviam sido transferidos. Consequentemente, o contas a receber e as receitas líquidas estão apresentados a maior em R\$ 6.176 mil (R\$ 4.278 mil em 2020), os estoques a menor e os custos das vendas a maior em R\$ 5.106 mil (R\$ 3.261 mil em 2020), com efeito líquido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 706 mil (R\$ 671 mil em 2020).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial registra na rubrica de contas a receber de clientes o montante de R\$ 101.159 mil (R\$ 96.128 mil em 31 de dezembro de 2020). A Companhia não registrou os efeitos do ajuste ao valor presente, conforme requerido pelo CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Consequentemente, o saldo de contas a receber de clientes e receita operacional líquida estão a maior em R\$ 4.361 mil (R\$ 1.662 mil em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente a provisão para imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado está a maior em R\$ 1.482 mil (R\$ 595 mil a maior em 31 de dezembro de 2020) e a rubrica de impostos diferidos está apresentada a menor nos mesmos montantes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalvas”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão do assunto e outros aspectos descritos na referida seção.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Com exceção dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”, não existem principais



assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os



eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 31 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

André Luiz de Godoy
Contador CRC PR-050218/O-0 T-SC

OIW Industria Eletrônica S.A.
Balancos patrimoniais em 31 Dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativos				Passivos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.321	32.709	Fornecedores	11	26.307	24.422
Contas a receber de clientes	6	95.209	90.528	Obrigações sociais e trabalhistas		1.119	921
Estoques	7	37.258	27.406	Empréstimos e financiamentos	12	30.429	28.739
Impostos a recuperar	8	1.022	1.864	Derivativos	18	791	2.906
Pagamentos antecipados	19	16.066	12.018	Impostos a recolher		1.129	1.203
Outros ativos	19	1.245	2.221	Receita diferida	15(b)	17.706	24.869
				Adiantamentos de clientes		59	411
				Arrendamentos	20	1.254	-
				Outros passivos		13	-
Total do ativo circulante		154.121	166.746	Total do passivo circulante		78.807	83.470
Contas a receber de clientes	6	5.950	5.600	Empréstimos e financiamentos	12	41.611	58.962
Outros ativos	19	-	431	Arrendamentos	20	1.580	-
Impostos a recuperar	8	8.703	8.703				
Ativo fiscal diferido	9	9.472	9.472	Total do passivo não circulante		43.191	58.962
Imobilizado	10	40.911	45.453				
Direito de uso	20	2.834	-	Patrimônio líquido	13		
Intangível		23	30	Capital social		93.586	77.649
				Reservas de lucros		6.430	16.355
Total do ativo não circulante		67.893	69.689	Total do patrimônio líquido		100.016	94.004
Total do ativo		222.014	236.436	Total do passivo e patrimônio líquido		222.014	236.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OIW Industria Eletrônica S.A.
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	15	275.458	230.960
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	16	<u>(215.776)</u>	<u>(186.114)</u>
Lucro bruto		<u>59.682</u>	<u>44.846</u>
Despesas com vendas	16	(15.948)	(11.255)
Despesas gerais e administrativas	16	(14.543)	(7.995)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	16	(2.553)	(1.980)
Outras despesas operacionais	16	(7.229)	(5.629)
Outras receitas		4.768	7.688
Lucro operacional		<u>24.177</u>	<u>25.675</u>
Receitas financeiras	17	5.357	14.029
Despesas financeiras	17	(23.522)	(26.149)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>6.012</u>	<u>13.555</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	9	-	(787)
Diferido	9	-	9.472
Lucro líquido do exercício		<u><u>6.012</u></u>	<u><u>22.240</u></u>
Resultado líquido por ação do capital social no fim do exercício - R\$		<u><u>0,000064</u></u>	<u><u>0,000286</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OIW Industria Eletrônica S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	6.012	22.240
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>6.012</u>	<u>22.240</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OIW Industria Eletrônica S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva para incentivo fiscal		
Em 01 de janeiro de 2020	48.143	28	6.004	-	54.175
Integralização de capital	29.506	-	(11.917)	-	17.589
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.240	22.240
Reserva incentivo fiscal	-	-	21.849	(21.849)	-
Reserva legal	-	391	-	(391)	-
Em 31 de dezembro de 2020	77.649	419	15.936	-	94.004
Integralização de capital	15.937	-	(15.937)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.012	6.012
Reserva incentivo fiscal	-	-	6.012	(6.012)	-
Em 31 de dezembro de 2021	93.586	419	6.011	-	100.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OIW Industria Eletrônica S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	6.012	22.240
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	5.675	6.041
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.553	1.979
Ganhos ou perdas do imobilizado ou intangível baixado ou vendido	(3.725)	181
Crédito tributário	-	(8.703)
Juros provisionados e variação cambial	7.307	11.982
Impostos sobre o lucro	-	(8.685)
Variações em:		
Redução (aumento) em contas a receber de clientes	(6.960)	(22.911)
Redução (aumento) nos estoques	(9.852)	18.933
Redução (aumento) em impostos a recuperar	841	(19)
(Aumento) redução em outros ativos	(3.266)	(4.048)
(Redução) aumento em fornecedores	1.885	9.841
(Redução) Aumento em impostos e contribuições a recolher	(74)	(269)
(Redução) aumento em outras contas a pagar	(6.999)	7.117
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(6.603)	33.679
Impostos sobre o lucro, pagos	-	(323)
Juros pagos	(7.307)	(8.986)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(13.910)	24.370
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	(885)	(16.293)
Recursos provenientes da alienação de imobilizado	4.500	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	3.615	(16.293)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	14.590	83.688
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	(32.366)	(62.595)
Pagamento de arrendamentos	(1.317)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(19.093)	21.093
Caixa advindo de incorporação		
Caixa advindo de incorporação de coligada	-	161
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(29.388)	29.331
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32.709	3.378
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.321	32.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto Operacional

A OIW Indústria Eletrônica S.A. (“Companhia”), constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da Companhia é Rua Campo Romero, 295 – Taquari – RS. A Companhia está envolvida primariamente na fabricação e distribuição de equipamentos para conectividade indoor e outdoor, oferecendo soluções para provedores de internet FTTx (fibra óptica) e wireless, Wi-Fi empresarial e residencial e segurança além de fornecer serviços de montagem de placas e produtos eletrônicos.

Em 30 de março de 2020 houve a incorporação da Empresa Servtronix pela OIW Indústria, afim de aumentar a sinergia nas operações, reduções tributárias e aproveitamento de estruturas físicas e de pessoal. Abaixo valores incorporados:

Ativos e passivos incorporados	R\$ mil
Ativo	47.234
Caixa e equivalentes de caixa	161
Contas a receber de clientes	14.127
Impostos a recuperar	5.611
Estoques	14
Imobilizado	27.321
Passivo	29.645
Fornecedores	6.188
Empréstimos e financiamentos curto e longo prazo	5.580
Impostos a recolher	565
Receita diferida	14.060
Adiantamentos de clientes	3.252
Acervo líquido	17.589

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de maio de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa 15, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Impactos do COVID-19

Ainda com reflexo de restrições de aglomeração e protocolos sanitários, no ano de 2021 a demanda por produtos de Telecom permaneceu em alta. Mesmo a Companhia sendo impactada

pela restrição de fornecedores no fornecimento de produtos e serviços e consequente desafio em atender aos prazos das compras de seus clientes, conseguiu manter um incremento de faturamento, mesmo este não refletindo no resultado da Companhia na mesma proporção que no ano anterior, principalmente devido ao aumento de custos de componentes importados. A Companhia destaca ainda que realizou avaliações quanto à revisão sobre possíveis impactos em impairment de ativos fixos, avaliações de perdas de crédito e créditos de impostos. A Companhia não identificou em tais avaliações itens os quais foram materialmente afetados pelos impactos da COVID-19.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 16 - reconhecimento de receita: se a receita de locação é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 6 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber de cliente: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota explicativa 9 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui o processo de revisão de todas as mensurações significativas de valor justo, com reporte diretamente a Diretoria.

O processo de avaliação contempla a revisão regular de dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações

de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, o processo de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

– Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

– Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

– Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 15** – instrumentos financeiros.

3 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alterações ao CPC 06/IFRS 16)
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

(i) *Moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

a) **Subvenção e assistência governamentais**

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Companhia atende aos requisitos para reconhecimento no resultado.

b) **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

c) **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável

para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custodos estoques é baseado no princípio do custo médio.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Prédios	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos para locação	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

f) Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Ativos Financeiros

No reconhecimento, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as

condições a seguir não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

ii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios

da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

iii. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou derealizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte das contas a receber de clientes.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a

Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos inicialmente incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer a opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o

arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	16	16
Depósitos bancários	2.497	6.160
Aplicações financeiras	808	26.533
Total	3.321	32.709

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

6 Contas a receber de clientes

	2021	2020
Contas a receber de clientes – venda de produtos	106.084	85.245
Locações a receber	6.245	19.635
(-) Provisão para perda esperada de crédito	(11.170)	(8.752)
Total	101.159	96.128
Circulante	95.209	90.528
Não circulante	5.950	5.600

A movimentação da provisão para perda esperada de crédito está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	(8.752)	(6.895)
Adições	(2.553)	(1.979)
Baixas por recebimentos	135	122
Saldo no final do exercício	(11.170)	(8.752)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a análise dos saldos de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2021	2020
A vencer	96.453	92.840
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.706	884
De 31 a 60 dias	386	264
De 61 a 90 dias	447	160
De 91 a 180 dias	969	465
Acima de 181 dias	12.368	10.267
Total	112.329	104.880

7 Estoques

	2021	2020
Matérias primas	5.432	7.986
Produtos acabados e mercadorias	24.924	17.746
Embalagens	587	351
Importação em andamento	6.315	1.323
Total	37.258	27.406

8 Impostos a recuperar

	2021	2020
ICMS	1	15
IPI	260	576
IRRF	513	432
PIS e Cofins	7.027	7.088
INSS – desoneração	1.733	1.733
Outros	191	723
Total	9.725	10.567
Circulante	1.022	1.864
Não circulante	8.703	8.703

Pis e Cofins

A Companhia discutiu judicialmente a exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins, através de Ação Declaratória de Repetição de Indébito, com decisão favorável transitada em julgado em 07/2020, reconhecendo o direito creditório da Companhia nesta data, referente as diferenças do período entre 10/2012 a 06/2020, e que foi objeto de habilitação de crédito junto à Receita Federal do Brasil, devidamente homologada. O método de cálculo homologado junto ao processo se refere ao montante destacado em nota fiscal, líquido de créditos, estornos e demais valores. O valor total do ativo reconhecido foi de R\$ 6.970 com contrapartidas em “Outras receitas operacionais” no montante de R\$ 5.751 e em “Receitas financeiras” no montante de R\$ 1.219.

INSS desoneração

A Companhia, ajuizou ação judicial, pretendendo ver declarado seu direito de recolher a contribuição previdenciária de seus colaboradores nos moldes disposto pelo art. 22 da Lei 8.212, de 1991 (folha de pagamento) e não conforme arranjado pelas Medidas Provisórias ns 540 e nº 582 e Lei 12.546/2011, com decisão favorável transitada em julgado em 17 de agosto de 2020, reconhecendo o direito creditório da Companhia, e que foi objeto de habilitação de crédito junto à Receita Federal do Brasil, devidamente homologada; o valor total do ativo reconhecido foi de R\$ 1.733 com contrapartidas em “Outras receitas operacionais” no montante de R\$ 1.118 e em “Receitas financeiras” no montante de R\$ 615.

9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em 2020, no montante de R\$ 9.472, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro que somam R\$ 27.858. Em 2021 a Companhia incorreu em mais R\$ 13.108 de prejuízos fiscais e basenegativa de contribuição social sobre o lucro, sobre os quais não foram registrados impostos diferidos ativos uma vez que as projeções preparadas pela Companhia não contemplam a compensação destemontante adicional de impostos diferidos.

Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	2021	2020
Lucro contábil antes dos impostos	6.012	13.555
À alíquota fiscal combinada de 34%	(2.044)	(4.609)
Benefícios fiscais ICMS	6.618	4.700
Benefícios fiscais CR finan. PPB	-	237
Benefício fiscal Sudene	-	589
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	(4.457)	-
Reconhecimento de prejuízos fiscais acumulados anteriormente não reconhecidos	-	7.435
Outros	(117)	333
Imposto de renda e contribuição social	-	8.685
Corrente	-	(787)
	-	
Diferido	-	9.472
	-	(64,07%)

10 Imobilizado

Custo	Prédios e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos para locação	Veículos, computadores e periféricos e ar. condicionado	Total
Em 1º de janeiro de 2020	2.165	1.682	253	11.477	494	16.071
Aquisições	440	620	8	15.155	70	16.293
Incorporação	853	2.079	4	24.365	20	27.321
Alienações	-	(277)	-	-	-	(277)
Em 31 de dezembro de 2020	3.458	4.104	265	50.997	584	59.408
Aquisições	120	554	23	-	188	885
Alienações	(1.000)	-	-	-	-	(1.000)
Em 31 de dezembro 2021	2.578	4.658	288	50.997	772	59.293
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2020	(572)	(1.547)	(165)	(5.379)	(347)	(8.010)
Aquisições	(122)	(305)	(26)	(5.532)	(56)	(6.041)
Alienações	-	96	-	-	-	96
Em 31 de dezembro de 2020	(694)	(1.756)	(191)	(10.911)	(403)	(13.955)
Aquisições	(170)	(377)	(14)	(4.020)	(71)	(4.652)
Alienações	225	-	-	-	-	225
Em 31 de dezembro 2021	(639)	(2.133)	(205)	(14.931)	(474)	(18.382)
Valor contábil líquido						
Em 31 de dezembro de 2020	2.764	2.348	74	40.086	181	45.453
Em 31 de dezembro de 2021	1.939	2.525	83	36.066	298	40.911

No exercício encerrado em 31 e dezembro de 2021, a Companhia realizou a venda do prédio incorporado na unidade de Ilhéus/BA pelo montante de R\$ 4.500.

A Companhia não identificou a existência de indicadores onde ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

11 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais	5.272	5.944
Fornecedores exterior	21.035	18.478
Total	26.307	24.422

12 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa	Vencimento	2021	2020
Fundo Garantidor para Investimentos	Reais	CDI	6,28% a 10,8224% a.a.	ago/25	27.271	34.098
Capital de Giro / CCB	Reais	CDI	2,734% a 7,3194% a.a.	nov/25	41.275	38.704
Finimp	Dólar	VC	9,5% a.a.	mai/21	-	1.208
Capital de giro – 4.131	Dólar	VC	2,64 % a 2,82 %	jun/22	2.904	12.691
Conta garantia	Reais	Pré	23,8% a.a.	fev/22	590	-
BNDES - Automático	Reais	TLP	12,5% a.a.	jun/21	-	1.000
Total de empréstimos					72.040	87.701
Circulante					30.429	28.739
Não circulante					41.611	58.962

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada abaixo:

Itens	Saldo em dez/2020	Alterações Caixa			Alterações não caixa		Saldo em dez/21
		Captação de empréstimo	Amortização de empréstimos	Pagamento de juros	Provisões de juros	Varição cambial	
Financiamentos e empréstimos	87.701	14.590	(32.366)	(7.307)	7.307	2.115	72.040

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	2021
2023	19.988
2024	16.544
2025	5.079
Total	41.611

Aos empréstimos e financiamentos foram concedidas duplicatas a receber de clientes em garantia, as quais somam, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 29.727 (R\$ 35.343 em 31 de dezembro de 2020).

13 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social autorizado era composto de 93.586 ações ordinárias (77.649 em 31 de dezembro de 2020). As ações ordinárias, sem valor nominal, poderão ser representadas por títulos múltiplos.

Em julho e setembro de 2020 foram realizados aumentos de capital social no valor de R\$ 6.218 e R\$ 5.699, respectivamente, mediante incorporação de reservas para incentivo fiscal.

Em março de 2020 foi realizado aumento de capital social no valor de R\$ 17.589 referente ao patrimônio líquido incorporado da Servtronix Tecnologia Ltda..

Em junho de 2021 foi realizado aumento de capital social no valor de R\$ 15.937 mediante incorporação de reservas para incentivo fiscal.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, descontados prejuízos acumulados, se houver, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída pelo saldo remanescente de lucros acumulados cuja destinação será decidida em Assembleia Geral de acionista da Companhia.

Reserva para incentivo fiscal

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS, com seus impactos no resultado. A Administração os destinou como reserva de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R\$ 6.011 (R\$ 15.936 em 31 de dezembro de 2020).

Dividendos

A Companhia distribui anualmente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foi apurada base para distribuição de dividendos.

14 Instrumentos financeiros

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, e procura evitar a concentração de recursos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	3.321	32.709
Contas a receber de clientes	95.209	90.528
Total	98.530	123.237

A exposição máxima ao risco de crédito está concentrada 100% no mercado nacional.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados até o vencimento final das obrigações:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	31.645	26.861	15.820	16.280	96.672	90.606
Fornecedores	24.422	-	-	-	24.422	24.422
Total	56.067	26.861	15.820	16.280	121.094	115.028

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
--	---------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-----------------------	-----------------------

Empréstimos e financiamentos	39.339	19.988	16.544	5.079	80.950	72.040
Fornecedores	26.307	-	-	-	26.307	26.307
Total	65.646	19.988	16.544	5.079	107.257	98.347

Risco de taxas de câmbio

Decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, e a contratação de instrumentos financeiros.

Exposição à moeda estrangeira - sobre instrumentos financeiros

A exposição efetiva ao risco de moeda diferente daquela onde a Companhia opera está abaixo apresentada, com base em valores nominais, expressos em moeda estrangeira (milhares):

	2021	2020
Fornecedores exterior	3.770	5.799
Empréstimos e financiamentos	520	2.674

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	2021	2020
Dólar	5,5799	5,1961

Análise de sensibilidade - sobre instrumentos financeiros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do dólar dos instrumentos financeiros derivativos firmados pela Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio líquido da Companhia. Também são considerados dois cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Descrição	Moeda	Valor origem (pagar) / receber	Cenário Provável	Possível 25%	Possível -25%	Remoto 50%	Remoto -50%
NDF	USD	3.350	2	4.681	(4.679)	9.360	(9.358)

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	2021	2020
Instrumentos de taxa fixa		
Empréstimos e financiamentos	590	1.208
Instrumentos de taxa variável		
Empréstimos e financeiros	71.450	89.398
Aplicações financeiras	808	26.536

Valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil		Valor justo	
	2021	2020	2021	2020
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	3.321	32.709	3.321	32.709
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	101.159		101.159	
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Fornecedores	26.307		26.307	
Empréstimos e financiamentos	72.831		80.950	

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos quando contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações sendo caracterizados como nível 2 na hierarquia de valor justo.

Entretanto, uso de julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação.

15 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2021	2020
Receita bruta fiscal	371.745	311.583
Menos:		
Impostos sobre vendas	(91.260)	(76.757)
Devoluções e abatimentos	(5.027)	(3.866)
Receita operacional líquida	275.458	230.960

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
a. - Venda de placas, roteadores, Switches e outros produtos	<p>Os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas pelo cliente. As faturas são emitidas naquele momento. Nenhum desconto é concedido.</p> <p>Alguns contratos permitem ao cliente devolver os produtos. As mercadorias devolvidas são trocadas somente por novas mercadorias - i.e. não há devolução de dinheiro.</p>	<p>A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.</p> <p>Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.</p> <p>Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Não há histórico significativo de devoluções.</p>

b. - Locação de equipamentos	Os clientes obtêm controle dos produtos e serviços ao longo da vida útil do contrato de locação estabelecido entre as partes. As faturas são emitidas de acordo com o prazo de pagamentos estabelecido entre as partes não necessariamente são realizadas no mesmo prazo do contrato. Nenhum desconto é concedido.	A receita é reconhecida em uma base linear mensal ao longo da vida útil do contrato os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Para o valor total do contrato é registrado um passivo de receita diferida em contrapartida de contas a receber de clientes no ativo. Os pagamentos efetuados pelo cliente são baixados do ativo em contrapartida de equivalentes de caixa e o reconhecimento da receita é baixado do passivo em contrapartida do resultado.
-------------------------------------	--	---

16 Despesas por natureza

	2021	2020
Matéria-prima e insumos	215.776	175.398
Fretes	10.015	8.730
Pessoal	10.488	9.041
Serviços de terceiros	5.588	2.940
Depreciação e amortização	5.675	6.041
Créditos s/ depreciações	(860)	(979)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.553	1.980
Taxas e contribuições	1.580	1.930
Aluguéis	-	923
Outros	5.234	6.969
Total	256.049	212.973
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	215.776	186.114
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	2.553	1.980
Despesas com vendas	15.948	11.255
Despesas administrativas	14.543	7.995
Outras despesas operacionais	7.229	5.629
Total	256.049	212.973

17 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2021	2020
Receitas financeiras:		
Juros ativos	845	3.664
Ganhos com operações de derivativos	2.086	4.318
Variação cambial	2.207	5.946
Rendimento de aplicações financeiras	174	74
Outras receita financeiras	45	27
	5.357	14.029
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(7.364)	(4.920)
Variação cambial	(3.589)	(90)
Perdas com outras operações de derivativos	(4.042)	(19.321)
Custos bancários	(1.105)	(862)
Descontos concedidos	(6.518)	(616)
Juros sobre arrendamentos	(305)	-
Outras despesas financeiras	(599)	(340)
	(23.522)	(26.149)
Resultado financeiro	(18.165)	(12.120)

18 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justode derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía contratos NDF em aberto, correspondentes a USD 3.350 de valor “notional”, com vencimentos até fevereiro de 2022, com o propósito de proteger suas operações de importação de produtos contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio. O MTM destes instrumentos em aberto em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 2.

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2021 contratos de SWAP em aberto, no montante de R\$ 791.

19 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração, representado pelos seus diretores estatutários foi de R\$ 153 (R\$ 146 em 2020).

Adiantamentos de dividendos

No decorrer de 2021 a Companhia realizou adiantamento a sócia OIW Participações SA no montante de R\$ 4.042, ficando com um saldo atual de R\$ 8.790.

Mútuos com partes relacionadas

Em 31 dezembro de 2021 a Companhia possuía adiantamentos de dividendos realizados com partes relacionadas (acionistas pessoas físicas) no montante de R\$ 7.253. Em 2018 os acionistas realizaram a transferência do controle da Companhia para a empresa OIW Participações S.A. os saldos de adiantamentos de dividendos realizados à época foram convertidos em mútuos. Os contratos de mútuo não preveem prazo de pagamento nem taxa de remuneração e as operações foram realizadas em condições específicas entre partes relacionadas.

Venda de ativos

Em 2019 foi vendido um Prédio Comercial da cidade de Campinas/SP, para as empresas FGF Holding Ltda e R. Ferreira Holding Ltda, no valor de R\$ 2.000. O saldo em 31 de dezembro de 2021 referente esta operação é de R\$ 472, os montantes estão contabilizados em outros ativos circulante.

20 Direito de uso e arrendamentos

A Companhia atua como arrendatária em contratos. A Companhia reconheceu esses contratos, de acordo com o CPC 06 (R2) no balanço patrimonial, como direito de uso e passivo de arrendamento, em 2021. A Companhia entende que os efeitos em exercícios anteriores não eram significativos. Para esses contratos a taxa de desconto utilizada é de 12,5% ao ano. A movimentação do direito de uso e do arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi a seguinte:

ATIVO	
Direito de uso -arrendamentos	31/12/2021
Saldo inicial - 31/12/2020	-
Novos Contratos	3.846
Depreciação	(1.012)
Saldo final	2.834

PASSIVO	
ARRENDAMENTOS A PAGAR	31/12/2021
Saldo inicial - 31/12/2020	-
Novos Contratos	3.846
Pagamento passivo provisionado	(1.317)
Apropriação de juros	305
Saldo final	2.834
Arrendamentos a pagar - circulante	1.254
Arrendamento a pagar- não circulante	1.580

21 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 65.300 para danos materiais, conforme divisão:

	<u>Cobertura</u>
Depósito matriz RS	1.500
Escritório matriz RS	2.000
Escritório SP	800
Fábrica Ilhéus/BA Lote 5	6.000
Fábrica Ilhéus/BA Lote 6	25.000
Fábrica MG	12.000
Fábrica Cuiabá/MT	6.000
Fábrica CE	12.000
Total	65.300

22 Incentivos fiscais

A filial situada no município de Ilhéus/BA usufruiu benefício de ICMS no Estado da Bahia na forma de crédito presumido, que foi concedido por intermédio do Decreto 4.316/95, o qual dispõe sobre o lançamento e o pagamento do ICMS relativo ao recebimento, do exterior, de componentes, partes e peças destinados à fabricação de produtos de informática, eletrônica e telecomunicações, por estabelecimentos industriais desses setores, e dá outras providências.

A filial situada no município de Montes Claros/MG usufrui do benefício na forma de diferimento e crédito presumido de ICMS no estado de Minas Gerais, o qual foi concedido por meio do Regime de Tributação Especial nº 034/2015.

A filial situada no município de Cuiabá/MT usufrui do benefício na forma de diferimento e crédito presumido de ICMS no estado do Mato Grosso, o qual foi concedido por meio do Termo de Adesão à Benefício Fiscal.

A filial situada no município de Maracanaú/CE usufrui do benefício na forma de diferimento e crédito presumido de ICMS no estado do Ceará, o qual foi concedido por meio do Regime de Tributação Especial nº 03167/2021.

23 Provisões

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ações cuja probabilidade de perda seja considerada provável.

Os demais processos, que apresentam risco de perda possível, totalizam os seguintes montantes:

	31/12/2021	31/12/2020
Tributário	13.752	13.752
Cível	35	13
Total	13.787	13.765

24 Eventos subsequentes

A Companhia firmou um instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 50.000, a qual foi registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 31/01/2022, e publicada no Diário oficial e Correio do Povo em 03/02/2022.

Com a intenção de alavancar faturamento, e ao mesmo tempo agregar uma nova área de atuação mas que houvesse sinergia para poder usufruir das mesmas estruturas físicas e também de pessoal, a empresa iniciará no ramo de vendas de kits de geradores de energia solar durante o ano de 2022, segmento este que vem em plena expansão de mercado.

Em 12 de janeiro de 2022 a Companhia firmou um empréstimo (CCB), no valor total de R\$ 6.000, para reforçar o capital de giro.



Conectar | Aproximar | Transformar

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da OIW Indústria Eletrônica S/A., conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, inciso V do artigo 25, que revisamos, discutimos e concordamos com o conteúdo e conclusão expressa no Parecer dos Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado), referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaborado pela KPMG Auditores Independentes S/A.

Taquari/RS, 30 de maio de 2022

Fabricao Azambuja Ferreira
CPF: 751.249.630-34
Diretor

Roberto Azambuja Ferreira
CPF: 988.846.620-87
Diretor



oiw.com.br



oiwtelecom



(51) 3653-6800



0800 0800 649

Região Sudeste: (11) 3090.3653 - Demais regiões: (51) 3653.6800 - vendas@oiw.com.br

Sede Comercial e
Administrativa (RS)

Rua Campo Romero,
295 - B. União
Taquari/RS

Escritório Regional de
Vendas (SP)

Rua Cardeal Arcoverde,
1749 - Conj. 97B, 9º andar
Pinheiros - São Paulo/SP

Unidade Produtiva e
Centro de Distribuição (BA)

Rua C, Quadra L, Lote 06
Distrito Industrial -
Ilhéus/BA

Unidade Produtiva e Centro
de Distribuição (MG)

Rua Cem, 101
B. Jaraguá
Montes Claros/MG

Unidade Produtiva e Centro
de Distribuição (MT)

Rua D, 1620
B. Distrito Industrial -
Cuiabá/MT

Unidade Produtiva e Centro
de Distribuição (CE)

Esquina com a Avenida
Parque Norte 2, Rod. 4º
Anel Viário, 169 - Distrito
Industrial I, Maracanaú/CE

Unidade Produtiva e Centro
de Distribuição (SC)

R. José Justino da Silva,
400 - B. Laranjeiras
São Francisco do Sul/SC



Conectar | Aproximar | Transformar

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da OIW Indústria Eletrônica S/A., em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, inciso VI do artigo 25, que revisamos, discutimos e concordamos com as informações apresentadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado), referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Taquari/RS, 30 de maio de 2022

Fabrizio Azambuja Ferreira
CPF: 751.249.630-34
Diretor

Roberto Azambuja Ferreira
CPF: 988.846.620-87
Diretor



oiw.com.br



oiwtelecom



(51) 3653-6800



0800 0800 649

Região Sudeste: (11) 3090.3653 - Demais regiões: (51) 3653.6800 - vendas@oiw.com.br

Sede Comercial e
Administrativa (RS)

Rua Campo Romero,
295 - B. União
Taquari/RS

Escritório Regional de
Vendas (SP)

Rua Cardeal Arcoverde,
1749 - Conj. 97B, 9º andar
Pinheiros - São Paulo/SP

Unidade Produtiva e
Centro de Distribuição (BA)

Rua C, Quadra L, Lote 06
Distrito Industrial -
Ilhéus/BA

Unidade Produtiva e Centro
de Distribuição (MG)

Rua Cem, 101
B. Jaraguá
Montes Claros/MG

Unidade Produtiva e Centro
de Distribuição (MT)

Rua D, 1620
B. Distrito Industrial -
Cuiabá/MT

Unidade Produtiva e Centro
de Distribuição (CE)

Esquina com a Avenida
Parque Norte 2, Rod. 4º
Anel Viário, 169 - Distrito
Industrial I, Maracanaú/CE

Unidade Produtiva e Centro
de Distribuição (SC)

R. José Justino da Silva,
400 - B. Laranjeiras
São Francisco do Sul/SC